



PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO

AUTISTA: Um relato de experiência

**Luana M. C. LIMA¹; Marina Ap. MOREIRA²; Dalila Z. R. de FARIA³; Maria Ap. L. MENDES⁴;
Amanda S. MORAES⁵.**

RESUMO

Este relato de experiência foi baseado em uma Prática como Componente Curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Sul de Minas, Campus Muzambinho realizada em um Centro de Educação Infantil Municipal em Poços de Caldas MG. A pesquisa partiu do questionamento: de que forma a formação continuada pode interferir nos processos de acolhimento, permanência e aprendizado de alunos autistas na Educação Infantil? Assim, objetivou-se analisar a necessidade da formação continuada para uma comunidade escolar mais inclusiva, apresentar métodos para o desenvolvimento do aluno com (TEA), bem como, observar as possibilidades de desempenho da gestão frente a inclusão e também promover estratégias para que a gestão escolar invista na formação continuada dos docentes. Assim, foi desenvolvida uma roda de conversa online com três profissionais da área da inclusão, agregando conhecimentos teóricos e práticos, contribuindo na conduta social e profissional, convergindo assim para o objetivo de analisar a necessidade da formação continuada como estratégia para uma comunidade escolar mais inclusiva.

Palavras-chave:

Autismo; Estratégia; Inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é um trabalho de conclusão de curso da Licenciatura em Pedagogia EAD do Instituto Federal Campus Muzambinho, construído a partir da análise crítica reflexiva da prática que foi vivenciada na disciplina Prática como Componente Curricular V, nela foi abordada a área de conhecimento da gestão escolar, e trata-se da responsabilidade deste setor em promover uma formação continuada aos docentes.

Neste trabalho discutiu-se de que maneira a formação continuada da equipe escolar pode interferir nos processos de acolhimento, permanência e aprendizado de alunos autistas na Educação Infantil, tendo como objetivo geral, analisar a necessidade da formação continuada como estratégia para uma comunidade escolar mais inclusiva. Para alcançá-lo, pretende-se apresentar métodos para o desenvolvimento do aluno com transtorno do espectro autista (TEA), além de, observar as possibilidades de desempenho da gestão escolar frente a inclusão e também promover estratégias para que a gestão escolar invista na formação continuada dos docentes.

Além disso, têm-se como hipótese que, a formação continuada aos docentes em temas de

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia. IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: luanamclima@hotmail.com

² Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia. IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: marinaapmoreira2019@gmail.com

³ Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia. IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: dalilaziza8@gmail.com

⁴ Professora Orientadora da disciplina de TCC II do Curso de Licenciatura em Pedagogia. IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: maria.mendes@muz.ifsuldeminas.edu.br

⁵ Tutora Orientadora da disciplina de TCC II do polo de Muzambinho do Curso de Licenciatura em Pedagogia. IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: amanda.moraes@muz.ifsuldeminas.edu.br

inclusão facilita o planejamento, a relação do professor com o aluno e respectivamente, seu desenvolvimento, gerando a consciência da necessidade de busca de conhecimento para aprimorar as práticas diárias a fim de contemplar as necessidades e direitos dos alunos com TEA.

A compreensão do transtorno emerge em 1978, quando o psiquiatra Michael Rutter classifica o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, com isso, é reconhecido que a condição reflete várias áreas do funcionamento do cérebro. Somente em 2012, surge no Brasil a Lei Berenice Piana (12.764/12) que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à **educação** e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social. (BRASIL, 2012, p. 2, grifo nosso).

O termo Transtorno do Espectro Autista (TEA) surge em 2013, com a publicação do Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) que abrange todas as categorias do autismo em um diagnóstico. Em 2015, A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/15) cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que aumenta a proteção aos portadores de TEA.

Neste trabalho em questão, é preciso reafirmar a prerrogativa à educação apresentada na lei Berenice Piana, visto que muitas instituições escolares ainda apresentam dificuldades em receber, acolher e estimular os alunos com TEA.

Faz-se necessário, portanto, identificar as dificuldades pelas quais a instituição possa passar a fim de amenizá-las ou saná-las. A carência de profissionais qualificados para o diagnóstico e acolhimento efetivo da criança autista pode ser responsável pelo surgimento de impasses ao receber esses alunos nas instituições de ensino e o comportamento de tais profissionais e funcionários pode ser benéfico ou prejudicial tanto para a criança, quanto para seus cuidadores (FERREIRA; FRANÇA, 2017 *apud* PEREIRA; SOUZA; VASCONCELLOS, 2021).

Segundo Mantoan (2003), a inclusão é possível, mas ainda faltam investimentos, que de fato tragam resultados em formação inicial e continuada dos educadores, para que sejam capazes de conceber e de ministrar uma educação plural e democrática, como são as escolas para todos.

Dessa forma, fica possível perceber a relevância estabelecida pela prática pois, o trabalho realizado ofereceu suporte e conhecimento com a intenção de contribuir para o desenvolvimento da comunidade escolar e, conseqüentemente, afetou no desenvolvimento dos alunos com TEA ali envolvidos.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho se deu a partir de uma consulta bibliográfica para discutir a importância da gestão escolar no acolhimento, permanência e desenvolvimento do aluno autista da Educação Infantil, juntamente com a equipe docente, buscando não somente integrá-lo, mas, efetivamente incluí-lo.

A respeito da prática realizada, o grupo convidou através de Whatsapp, três profissionais da área da inclusão, sendo duas psicopedagogas e uma pedagoga, para uma roda de conversa entre esses profissionais e toda a equipe docente da escola, a fim de falar sobre o aluno autista na sala de aula. A roda de conversa contou com a participação de todos os educadores, resultando na presença de dezesseis professores, uma coordenadora e três psicopedagogas.

Este momento, iniciou-se então com um diálogo entre o grupo, trouxe inúmeras trocas de experiências sobre crianças autistas em sala de aula. Diversas atividades específicas foram compartilhadas além de dicas que foram dadas, reforçando a ação do professor frente aos comportamentos típicos do aluno autista dentro da sala de aula, informando aos educadores, a importância de utilizar recursos visuais e concretos com estas crianças, uma vez que assim elas se sentem mais seguras para comunicar e socializar-se.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA

O referido trabalho iniciou-se através de reunião com a coordenadora de um Centro de Educação Infantil do município de Poços de Caldas, propondo temas a serem trabalhados. Ficou acordado que o acolhimento de alunos autistas e a formação continuada para auxiliar os professores com essas crianças em sala de aula seria a temática do projeto, uma vez que, segundo a coordenação, a unidade encontrava-se totalmente desassistida nesses aspectos.

Com o desenvolvimento do projeto, optou-se por convidar profissionais da área da inclusão para uma roda de conversa com a equipe docente, tendo como pauta, acontecimentos específicos em sala de aula com crianças autistas, suas particularidades, dicas de como lidar com as crises, déficit na interação e comunicação, além da apresentação de materiais e jogos diversos, utilizados para estimulação cognitiva e sensorial do público com TEA nos espaços escolares.

Como resultados, foi possível perceber uma melhora significativa na forma de lidar com os estudantes autistas, tanto por parte da gestão, que passou a ser mais presente na sala de aula, se inteirando mais sobre as crianças, assim como dos professores, que observavam mais atentamente

as especificidades de cada um. A execução do projeto foi uma experiência válida para a formação pessoal e acadêmica de todos que participaram, uma vez que ficou nítido que é preciso envolvimento de toda equipe escolar para que a inclusão aconteça de forma efetiva.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo incentivar a gestão escolar a utilizar estratégias que promovam ações voltadas para a inclusão dentro da comunidade escolar. Pôde-se averiguar o alcance dos objetivos propostos e a confirmação da hipótese elencada, pois, notou-se que a formação continuada é uma grande facilitadora do processo de aprendizagem, acolhimento e permanência do aluno com TEA, contemplando suas necessidades e direitos. Além disso, confirmou-se que uma gestão escolar participativa alinhada a um ambiente escolar inclusivo é possível e pode gerar resultados satisfatórios.

Por fim, vale ressaltar a importância da formação continuada dos profissionais envolvidos no processo de inclusão de alunos com TEA, de maneira que a gestão escolar e a equipe docente possam compreender o seu papel como agentes de transformação disseminadores de práticas inclusivas. Portanto, o desenvolvimento de ações como estas na escola contribuem de maneira significativa para que os educandos se tornem sujeitos desse processo de construção de um ambiente escolar mais igualitário e inclusivo para os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL, **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 01 abr. 2023.

MANTOAN MTE. Prefácio X. In: **Educação inclusiva: contextos sociais**. Peter Mittler, Tradução Windyz Bazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VASCONCELLOS, Rayssa Nascimento; SOUZA, Maria Helena do Nascimento; PEREIRA, Juliana Andrade. O autismo infantil no âmbito escolar e suas abordagens (ex)inclusivas: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, Vol. 13, n. 3, p. e6933, 28 mar. 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6933/4305> Acessado em 02 abr. 2023.

SOARES, Ângela Mathylde; SOUZA, Clecia Cristina da Silva; RIBEIRO, Rosana Mendes. Autismo, legislação e adaptação curricular, frente ao descompasso do atual espectro na educação pública. In: SOARES, Ângela Mathylde; MOUSINHO, Renata. **Tenho um aluno autista: e agora?** Belo Horizonte: Artesã, 2021.